

Banco Central defende criação de grupo para tentar deter ouro ilegal, diz Ibram

De São Paulo

O Banco Central propôs ontem a criação de um grupo para discutir novos mecanismos para deter a exploração e comércio de ouro ilegal no Brasil, segundo informou o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que reúne grandes mineradoras que operam no país.

Ainda segundo nota divulgada pelo Ibram, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, apontou que a instituição “tem interesse em aprofundar os conhecimentos sobre indícios de irregularidades na participação de Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs) na cadeia de comércio de ouro”. E que propôs a criação de um grupo de trabalho com setores público e privado “para discutir e apresentar soluções para aperfeiçoar os mecanismos de fiscaliza-

ção e controle sobre a produção e comercialização de ouro no país”. Consultada pelo **Valor**, a assessoria do BC afirmou que não comentaria o assunto.

O tema foi tratado em uma reunião entre Campos Neto com representantes do Ibram, do Instituto Escolhas, do Instituto Socioambiental (ISA) e do Instituto Ethos. As organizações, segundo o Ibram, levaram ao presidente do BC preocupações em relação ao ouro extraído ilegalmente por garimpeiros que atuam em terras indígenas e em unidades de conservação.

Há anos, a Polícia Federal, Ministério Público e outros órgãos de controle realizam operações para retirada de garimpeiros de ouro das áreas onde a atividade é proibida.

Além de danos ambientais, exploração de ouro em áreas proibidas acaba fomentando a circulação

de metal de origem ilegal. Autoridades e instituições que estudam as brechas na cadeia do ouro levantam constantemente a possibilidade de que parte desse ouro de origem ilegal acabe sendo “esquentado” e abasteça o mercado de joias, a indústria e o mercado financeiro.

Nessa cadeia, as DTVMs, são autorizadas pelo BC, a adquirir ouro de garimpos que operam com permissão. No entanto, regras consideradas frouxas não teriam como garantir que o metal adquirido pelas DTVMs provém apenas de áreas de garimpos legais.

Em meio a suspeitas e flagrantes constantes de garimpos irregulares, sobretudo na Amazônia, refinarias de ouro da Suíça se comprometeram no fim de junho a não importar ouro que possa ter vindo de áreas indígenas do Brasil.